

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANO DA SILVA REIS

PROPOSTA PARA UM CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM
PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS PARA AGENTES DE
POLÍCIA COMUNITÁRIA NA MODALIDADE EAD.

CURITIBA
2011

LUCIANO DA SILVA REIS

PROPOSTA PARA UM CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM
PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS PARA AGENTES DE
POLÍCIA COMUNITÁRIA NA MODALIDADE EAD.

Monografia apresentada à Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância, Pró-reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância.

Orientadora: Prof^a. Sandramara S Kusano de Paula Soares

Co-orientadora: Prof^a. Silvia Teresa Sparano Reich

CURITIBA
2011

Dedico esta monografia a todos que acreditam que a Educação a Distância pode ser uma ferramenta de inclusão e aproximação que contribui com a formação de profissionais e cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por colocar oportunidades como esta no meu caminho e por me passar tranquilidade e meios para superar as dificuldades desta caminhada.

Aos meus pais Luiz Gonzaga e Joanita, que mesmo diante da falta de recursos, conseguiram transmitir para mim valores éticos essenciais que me tornaram um cidadão, um trabalhador e um pai de família ciente de minhas responsabilidades.

A minha esposa Eliane, que nunca deixou de me motivar a buscar conquistas profissionais e pessoais, sempre com um suporte e carinho e afeto.

A minhas filhas Érika e Gabriela, que são a principal razão dos meus esforços para a busca de novas conquistas para nossa família.

A Escola de Governo do RN e a UFPR, pela parceria que proporcionou a qualificação de funcionários públicos do Estado.

A meu amigo Flávio Urbano, que me apontou esta oportunidade e esteve comigo desde que comecei minhas experiências com a EaD.

As professoras e orientadoras Silvia e Sandramara e a tutora Ariana, que mesmo diante de alguns atrasos e ausências durante o curso, nunca deixaram de cumprir com excelência seu papel de guia e motivadoras nesta jornada.

Aos integrantes da turma de nivelamento para profissionais de Segurança Pública com capacitação em policiamento comunitário, por colaborarem respondendo os questionários da presente pesquisa.

A todos os amigos e colegas, que contribuíram direta ou indiretamente com o cumprimento da jornada e a construção desta pesquisa.

“Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles.”

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho propõe a criação de um curso de atualização em prevenção ao abuso de drogas para agentes de Polícia Comunitária na modalidade a distância. São apresentadas e discutidas as necessidades de capacitação e atualização dos servidores públicos e de prevenção do uso indevido de drogas, bem como o papel do policiamento comunitário. A Educação à Distância (EaD) é colocada como ferramenta adequada para tanto, visto não haver necessidade de afastamento dos profissionais da sua rotina de trabalho. A aplicação de um questionário a agentes de Polícia Comunitária mostrou que a grande maioria dos entrevistados tem conhecimento e um nível de acesso a internet necessários à realização do curso, e concordam com a necessidade de se reduzir o uso de drogas como forma de diminuir a violência nas comunidades. A pesquisa apresenta a viabilidade e o planejamento do referido curso, que objetiva capacitar o aluno a conhecer os diversos tipos de drogas e as conseqüências para o usuário, e a saber identificar os fatores que oferecem riscos e aqueles que oferecem proteção a comunidade, para que o mesmo aplique os conhecimentos em conformidade com as ações da Polícia Comunitária.

Palavras-chave: Polícia Comunitária, Educação à Distância, prevenção, drogas.

ABSTRACT

The present work proposes the creation of an updating course in prevention to the abuse of drugs for Community police officers in the modality the distance. They are presented and discussed the training needs and updating of the public servers and of prevention of the improper use of drugs, as well as the paper of the community policing. The Education at the Distance (EaD) it is placed as appropriate tool for so much, sees there not to be need of the professionals' of your work routine removal. The application of a questionnaire to Community police officers showed that the interviewees' great majority has knowledge and an access level the necessary internet to the accomplishment of the course, and they agree with the need of being reduced the use of drugs as form of reducing the violence in the communities. The research presents the viability and the planning of the referred course, that it aims at to qualify the student to know the several types of drugs and the consequences for the user, and to know to identify the factors that offer risks and those that offer protection the community, so that the same applies the knowledge in conformity with the actions of the Community Police.

Keywords: Community police, Education at the Distance, prevention, drugs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 01	– FORMATURA PROERD 2009.2	19
FOTOGRAFIA 02	– FORMATURA PROERD 2010.2	19
GRÁFICO 01	– A POLÍCIA COMUNITÁRIA DEVE PROMOVER A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	26
GRÁFICO 02	– NÍVEL DE CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA	27
GRÁFICO 03	– MÉDIA DE ACESSOS À INTERNET	28
GRÁFICO 04	– LOCAL MAIS FREQUENTE DE ACESSO A INTERNET.....	28
GRÁFICO 05	– OPINIÃO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS CURSOS EAD.....	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	– USO DE DROGAS PSICOTRÓPICAS (EXCETO TABACO E ÁLCOOL) ENTRE ESTUDANTES, LEVANDO-SE EM CONTA OS TIPOS DE USOS CONFORME A IDADE	16
TABELA 02	– USO DE TABACO E ÁLCOOL POR ESTUDANTES, LEVANDO-SE EM CONTA OS TIPOS DE USOS E AS DIFERENTES DROGAS INDIVIDUALMENTE	17
TABELA 03	– PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DOS PESQUISADOS (ESTATÍSTICA DESCRITIVA).....	25
TABELA 04	– CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	31
TABELA 05	– DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS	32

LISTA DE SIGLAS

APA	– Associação Psiquiátrica Americana
AVA	– Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEBRID	– Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas
EaD	– Educação a Distância
OMS	– Organização Mundial de Saúde
PNAD	– Política Nacional sobre Drogas
PROERD	– Programa Educacional de Resistência às Drogas
PRONASCI	– Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RN	– Rio Grande do Norte
SENAD	– Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SISNAD	– Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
TIC	– Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNIFESP	– Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVO GERAL:.....	12
1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS:.....	13
2 DISCUSSÕES A CERCA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA, DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DA QUALIFICAÇÃO ATRAVÉS DA EAD	14
2.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA: CONCEITOS E OBJETIVOS.....	14
2.2 A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.....	15
2.3 INTERFACE ENTRE POLÍCIA COMUNITÁRIA E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.....	20
2.4 APLICAÇÃO DA EAD NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	21
3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS A CERCA DO LEVANTAMENTO DE DADOS.....	24
4 PLANEJAMENTO DO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS PARA AGENTES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA MODALIDADE EAD.....	30
4.1 APRESENTAÇÃO.....	30
4.2 OBJETIVOS.....	30
4.3 METODOLOGIA.....	31
4.4 AVALIAÇÃO.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE.....	36

1 INTRODUÇÃO

As diferentes estratégias de policiamento foram e são desenvolvidas com vistas a atender da melhor maneira a população que habita as respectivas áreas de aplicação, e tem por finalidade o aumento da sensação de segurança e bem estar da sociedade. O caráter cada vez mais dinâmico das comunidades e as mais diversas categorias dos crimes fazem com que a polícia busque alternativas mais eficazes para a prestação do serviço. A implementação da Polícia Comunitária e do policiamento comunitário exige da comunidade uma postura unificada contra as transgressões da lei e o comprometimento com as atividades de prevenção e intervenção. A aspiração da Polícia Comunitária é procurar congregar todos os cidadãos da comunidade através do trabalho da polícia, no esforço da segurança, como destaca Carvalho:

Ao tentar implantar este modelo, governo e líderes da sociedade acreditam que esta poderia ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela Segurança Pública, isto é, a medida que se abre para a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e todos quanto puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser um instituição fechada e que, estando aberta a sugestões, permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações (CARVALHO, 1989, Pág. 49).

Mesmo mantendo o caráter ostensivo do serviço policial militar, esta democratização e unificação de esforços idealizada pela Polícia Comunitária trata os problemas relativos a segurança e bem estar dos cidadãos de maneira preventiva.

Os danos econômicos, sociais e de saúde (como: doenças, acidentes, violência urbana, entre outros) provocados pelo uso indevido de drogas estão presentes em muitas comunidades, principalmente naquelas onde a presença do poder público não é tão manifesta. A prevenção aparece como a maneira mais adequada na busca da redução e eliminação do consumo abusivo de drogas e dos problemas relacionados ao mesmo. Neste aspecto, salientamos o que foi destacado por Schenker e Minayo:

O 'combate às drogas', termo militarista proveniente da ideologia americana e, na maioria das vezes, único e obsessivo foco da ação, não deveria prevalecer. É entender também que a prevenção do abuso de drogas é sinônimo de vida saudável, empreendimento tão importante para os jovens que deve incluir a família, a escola, o grupo de pares, a comunidade e a mídia. (SCHENKER e MINAYO, 2005, p. 715)

No que se refere a programas de prevenção, vale observar o que foi colocado por Silva (2009, p. 35): “Para que um programa de prevenção seja bem sucedido é necessário que atenda aos valores humanos, levando em conta características psicológicas e sociais do público alvo, e se tenha definido o que se quer prevenir ou remediar.” A evidente e permanente necessidade de planejamento, envolvimento, compromisso, contextualização social e ação conjunta dos programas de prevenção ao abuso de drogas, como também do trabalho da Polícia Comunitária, não permite a dissociação destas temáticas. Percebe-se ainda, que ao policial militar devem ser oferecidos mecanismos de atualização profissional para que o mesmo possa continuar cumprindo os objetivos durante o policiamento comunitário, e entende-se que a Educação a Distância pode ser uma ferramenta adequada para tanto, pois além de vantagens como a flexibilidade de tempo e o ensino auto-instrutivo para o aluno e a abrangência de seu alcance; a EaD tem a capacidade de se apropriar do processo contínuo de educação, conceituado por Moran (1994, p. 01) como: “Educação contínua ou continuada se dá no processo de formação constante, de aprender sempre, de aprender em serviço, juntando teoria e prática, refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações.”

Os cursos EaD oferecem, no campo profissional e pessoal, continuidade à formação recebida “formalmente” e a aquisição de novas atitudes, valores, interesses, etc. O conjunto destes aspectos estabelecem a problemática a ser questionada, discutida e analisada através deste trabalho de pesquisa. Porquanto, esta pesquisa mostra e submete os resultados obtidos em um estudo de caso sobre a importância de se prevenir o uso indevido de drogas nas práticas da Polícia Comunitária e a necessidade da qualificação profissional destes agentes especializados nesta modalidade de Segurança Pública, com uma proposta descrita nos objetivos a seguir:

1.1 OBJETIVO GERAL:

Apresentar uma proposta de um curso de atualização na modalidade da EaD para que o policial militar durante a ação da Polícia Comunitária, possa estar se capacitando a trabalhar a favor da prevenção ao abuso de drogas na sua área de atuação.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Verificar a viabilidade de um curso de atualização para agentes de Polícia Comunitária na modalidade EaD;
- Fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática do curso e sobre a Educação a Distância para embasamento da proposta do curso de atualização em prevenção ao uso de drogas para agentes de Polícia Comunitária;
- Elaborar o planejamento do curso de atualização em prevenção ao uso de drogas para agentes de Polícia Comunitária na modalidade EaD;

Para tanto, foi efetuada a coleta de informações junto ao público alvo, passo seguinte do trabalho de pesquisa de caráter qualitativo, mediante a busca por percepções e entendimentos dos pesquisados sobre uma atualização profissional através da Educação a Distância e, ao mesmo tempo quantitativo, visto que os questionários foram estruturados com perguntas claras e objetivas a cerca do perfil do entrevistado e da sua posição em relação à EaD e à prevenção às drogas no serviço da Polícia comunitária.

Este trabalho de pesquisa estrutura-se, a partir desta introdução, em mais quatro capítulos. No próximo capítulo são manifestadas discussões a cerca das prerrogativas da Polícia Comunitária e das ações preventivas ao abuso de drogas, como também a necessidade de qualificação profissional, e apresenta a EaD como ferramenta conveniente para tanto. O capítulo 3 exhibe os resultados da coleta de dados e o capítulo 4 a ementa para o curso de atualização proposto. No capítulo 5 são apresentadas as considerações finais.

2. DISCUSSÕES A CERCA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA, DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DA QUALIFICAÇÃO ATRAVÉS DA EAD

Este capítulo apresenta a Polícia Comunitária, identificando sua importância e participação na sociedade, a prevenção ao uso de drogas para promover ambientes saudáveis, a interface entre a Polícia Comunitária e o trabalho na prevenção de drogas, e a aplicação da EaD na qualificação profissional.

2.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA: CONCEITOS E OBJETIVOS

A Polícia Comunitária deve ser entendida com uma filosofia de trabalho específica, que se difere de policiamento comunitário, pois este diz respeito a ação de policiar junto a comunidade. O policiamento comunitário atua na investigação e controle social de delitos, utilizando estratégias como: o apoio e a parceria entre polícia e comunidade; a orientação para os problemas da comunidade que contribuam para diminuir a segurança pública; e o direcionamento para locais, horários e grupos associados à alta criminalidade. No policiamento comunitário a polícia deve estar integrada a comunidade, as informações fluem e o policial tem condições de melhor analisar e saber quais as áreas mais carentes e deficientes de atuação policial.

Torna-se importante definir o termo Polícia Comunitária, que segundo o conceito formulado por Trojanowicz significa:

Uma filosofia e uma estratégia organizacional que promove uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia como a comunidade devem trabalhar juntas, para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos como crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ, 1994, p. 04)

A Polícia Comunitária baseia-se na descentralização e personalização dos serviços policiais, levando o policial da linha de frente a ter a oportunidade, liberdade e possibilidade de lidar com a edificação da comunidade em com a solução de seus problemas, permitindo que cada comunidade se torne um lugar melhor, mais seguro pra se viver e trabalhar. Importa saber que a Polícia comunitária tem o intento da participação social da comunidade, onde todos assumem o papel de relevância na sua própria segurança e nos serviços ligados a manutenção da harmonia na comunidade. Sabe-se que a Constituição Federal Brasileira no seu art. 144 enuncia

que “Segurança Pública é direito e responsabilidade de todos”. Diante disso, afirma Murphy:

Numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade, não é somente da polícia. É necessário uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los. (MURPHY, 1993, p. 03)

O objetivo da Polícia Comunitária é procurar reunir todos os cidadãos da comunidade através do trabalho da polícia, no esforço de promover e buscar a segurança. Neste aspecto, vale destacar o que disse Ferreira:

A Polícia Comunitária resgata a essência da arte de polícia, pois apóia e é apoiada por toda comunidade, acolhendo expectativas de uma sociedade democrática e pluralista, onde as responsabilidades, pela mais estreita observância da lei e da manutenção da paz, não incubem apenas à polícia, mas, também a todos os cidadãos. (FERREIRA, 1995, p. 58)

A Polícia Comunitária baseia-se no princípio da organização contínua da comunidade, especialmente no incentivo e capacitação dos cidadãos à participação destes nas decisões relacionadas a qualidade de vida no bairro. O trabalho da Polícia Comunitária deve, entre outros aspectos, ter objetivos claros e definidos, ser voltado a reeducação da comunidade, e ser flexível e constantemente avaliado. O que a Polícia Comunitária tem em vista é em verdade a construção de um relacionamento sólido e cooperativo entre a polícia e a sociedade, pois ambas devem interagir em favor do bem comum.

Sendo assim, a polícia informada e integrada a comunidade terá maior facilidade para obter informações e identificar as condições e causas da criminalidade na sociedade onde estiver atuando. Essa integração facilitará que a polícia defina um plano de estratégia a ser utilizado nessa comunidade, pois seus policiais estarão aptos a identificar o foco e de onde surgem os problemas mais freqüentes desse determinado núcleo social.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

A palavra prevenção pode ser definida como: “disposição ou preparo antecipado e preventivo, premeditação ou modo de ver antecipado” (AURÉLIO, 2005, p. 653). Reafirmamos este significado para atentar que na maioria das vezes, as ações executadas pelos organismos de Segurança Pública estão ligadas a

repressão, que significa: “conter, coibir, sustar a ação ou movimento de” (AURÉLIO, 2005, p. 699).

O consumo de drogas se tem mostrado um fenômeno bastante complexo, exigindo que o governo e a sociedade partilhem a responsabilidade na busca de alternativas que levem à sua melhor abordagem, associado ao aumento em ritmo preocupante do uso indevido de drogas e a insuficiência das ações repressivas. Para tanto foram criados organismos públicos que atuam de maneira preventiva, auxiliando o serviço das polícias e promovendo ações sociais nas comunidades, como: a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). A SENAD articula e coordena as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, juntamente com a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes, e o PRONASCI articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

O tabagismo é a principal causa de morte evitável no planeta. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) revelam que o cigarro é o responsável por 10 mil vítimas diárias. Estima-se que o número de dependentes de álcool esteja entre 10% e 15% da população mundial. As tabelas 01 e 02 mostram dados levantados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas psicotrópicas da UNIFESP (CEBRID), referentes ao consumo de drogas entre jovens. O levantamento foi feito com 48.155 estudantes do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual do Brasil.

TABELA 01 – USO DE DROGAS PSICOTRÓPICAS EM GERAL (EXCETO TABACO E ÁLCOOL) ENTRE ESTUDANTES, LEVANDO-SE EM CONTA OS TIPOS DE USOS CONFORME A IDADE

IDADE	10-12	13-15	16-18	>18
Uso na vida	12,7	23,1	29,6	34,7
Uso no ano	10,2	20,3	26,5	29,2
Uso no mês	7,6	14,5	20,4	24,0
Uso freqüente	1,3	2,1	4,7	5,1
Uso pesado	0,9	1,9	3,0	3,6

FONTE: CEBRID (2004)

NOTA: Dados expressos em porcentagem

TABELA 02 – USO DE TABACO E ÁLCOOL POR ESTUDANTES, LEVANDO-SE EM CONTA OS TIPOS DE USOS E AS DIFERENTES DROGAS INDIVIDUALMENTE

TIPO DE USO	NA VIDA	NO ANO	NO MÊS	FREQUENTE	PESADO
Tabaco	24,9	15,7	9,9	3,8	2,7
Álcool	65,2	63,3	44,3	11,7	6,7

FONTE: CEBRID (2004)

NOTA: Dados expressos em porcentagem

Os números deste levantamento realizado pelo CEBRID apontam que, no que se refere às drogas lícitas, mais de 11% dos adolescentes e jovens entrevistados relataram fazer o uso frequente de álcool. Nas informações fornecidas sobre o consumo de drogas ilícitas, visto que o acesso a estas substâncias registra-se a partir dos 10 anos de idade, o consumo aumenta progressivamente. O uso de drogas psicotrópicas altera os sentidos, os pensamentos e as ações dos usuários, geralmente, conduzindo-os a cometer atos de violência contra si mesmos e contra outras pessoas.

A prevenção do uso indevido de drogas, por meio da sensibilização, da educação e da ação, é fundamental para conseguir o êxito de impedir o avanço do consumo de drogas e da criminalidade associada ao mesmo. Uma das melhores maneiras de prevenir o abuso destas substâncias é garantindo que a população esteja bem informada sobre o assunto, pois o incremento da informação sobre as substâncias e seus efeitos negativos para a saúde e para a comunidade, poderá conduzir o ouvinte ao fortalecimento das atitudes e, portando, das condutas positivas. Mas esta informação deveria, além do caráter educativo, buscar um planejamento voltado para o contexto da área de aplicação, promovendo a adoção de comportamentos saudáveis, como aponta a Associação Psiquiátrica Americana

A prevenção, segundo as novas tendências, deve focar a informação como um meio de resgatar, principalmente, a auto-estima, a auto-realização e a valorização da vida, formando jovens para construir atitudes e valores construtivos, encorajando o desenvolvimento de sua personalidade, da sua identidade sexual e social, de sua criatividade e valores filosóficos. (APA¹, 1995, citado por LACERDA, 2008)

¹ AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA) - **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM - IV**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Lacerda complementa a importância da prevenção destacando que “A nova prevenção, para ser eficaz, deve utilizar estratégias integradas que harmonizam as diversas medidas de prevenção, que sejam atrativas e positivas.” (LACERDA, 2008). Os programas necessitam prever a aplicação de técnicas orientadas ao indivíduo e ao grupo, e as ações precisariam ter continuidade, ou seja, ter um caráter permanente, contribuindo com a construção de um ambiente em que as opções saudáveis estejam à frente daquelas que estimulam o uso de drogas.

Podemos citar como modelo de ação preventiva o programa “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência”, promovido conjuntamente pela SENAD e pelo PRONASCI, que objetiva implementar um processo de intervenção integrada em resposta aos desafios impostos pela associação de drogas, violência e juventude. Serão desenvolvidas iniciativas, tanto de natureza preventiva, como de tratamento e reinserção social, visando a redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, o fortalecimento da rede social e de saúde e o melhor acesso aos serviços disponíveis. O programa está organizado em três componentes de ação, que acontecem simultaneamente ao longo de sua execução: a mobilização política junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário das regiões contempladas, para o estabelecimento de alianças e adesões que garantam a implementação das ações previstas; a prevenção, com capacitação de profissionais potencialmente influentes em suas comunidades e que possam atuar como multiplicadores de informação, tais como conselheiros municipais, professores, profissionais de segurança pública, profissionais de saúde, lideranças religiosas e operadores do direito, entre outros; e o tratamento e reinserção social, que prevê ações para aumentar o conhecimento e otimizar a rede de serviços disponíveis para o tratamento e a reinserção social do usuário de drogas.

Outro grande programa de prevenção ao uso de drogas, executado pela Polícia Militar e direcionado a crianças e adolescentes é o Programa Educacional de resistência às Drogas (PROERD). O policial devidamente capacitado atende em escolas públicas e privadas ministrando um curso que tem por objetivo o desenvolvimento da auto-estima, o cultivo da felicidade, controle das tensões, civilidade, além de ensinar técnicas de autocontrole e resistência às pressões dos

companheiros e às formas de oferecimento de drogas, além de oferecer aos alunos informações de efeitos de drogas lícitas e ilícitas. Os conteúdos são desenvolvidos de forma dinâmica em grupos cooperativos, e nas aulas são realizadas atividades voltadas ao desenvolvimento das habilidades individuais para que as crianças e os jovens possam tomar suas decisões de forma consciente, segura e responsável.

Para destacar a importância deste aprendizado, o PROERD-RN organiza um grande evento de formatura, que promove a socialização das crianças e adolescentes e celebra com alegria a busca da prevenção e o compromisso assumido de ficar sempre longe das drogas, como mostram as imagens a seguir:



FOTOGRAFIA 01 – FORMATURA DO PROERD-RN 2009.2

Fonte: O autor (Novembro/2009)



FOTOGRAFIA 02 – FORMATURA DO PROERD-RN 2010.2

Fonte: Site do Proerd

A prevenção ao uso de drogas tem como objetivo principal a promoção de ambientes e estilos de vida saudáveis, buscando em um primeiro estágio evitar o desenvolvimento de problemas com drogas antes que aconteçam. Em segundo plano, a prevenção às drogas visa tratar de identificar os novos consumidores de drogas que correm o risco de ter problemas com o abuso destas substâncias e ajudá-los a minimizar ou eliminar os riscos. Quando necessário, a terceira medida a se procurar são os programas de prevenção mediante ações do tipo reabilitadora (tratamento) e medidas de integração (socialização).

2.3 INTERFACE ENTRE POLÍCIA COMUNITÁRIA E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

O serviço prestado pela Polícia Comunitária, que prima, entre outros aspectos, pela resolução preventiva de problemas a curto e a longo prazo, não pode caminhar em direções e ritmos distintos das ações que visam prevenir o uso indevido de drogas. A Política Nacional sobre Drogas (PNAD), implantada através do Decreto Nº 4.345/02 da República Federativa do Brasil, aponta no seu pressuposto básico 2.6. a “prioridade a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade”, e no 2.12:

Fundamentar no princípio da "Responsabilidade Compartilhada" a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do Governo e da Sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia no resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a elas relacionado e das conseqüências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas. (BRASIL, 2002)

O princípio da “responsabilidade compartilhada” alinha-se com o caráter de policiamento descentralizado e personalizado da Polícia Comunitária, onde o policial deve estar plenamente envolvido com a comunidade, a fim de que os cidadãos participem como parceiros da polícia na identificação, priorização e solução dos problemas. O Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), regulamentado pelo Decreto nº 5.912/06 da República Federativa do Brasil, tem como um de seus objetivos “promover a interação entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas”.

Estas ações são articuladas pela SENAD, que elabora planos, programas e procedimentos para alcançar as metas propostas. Neste aspecto podemos fazer uma analogia com um dos cunhos da Polícia Comunitária, que tem por excelência a “mobilização comunitária”, que passa pelo comprometimento dos cidadãos na busca de solução para problemas locais, onde o cidadão precisa perceber a necessidade de se empenhar às causas geradoras de violência, tratando-as de forma preventiva.

A Lei nº 11.343/06 da República Federativa do Brasil – “Lei de Drogas” – dedica um capítulo inteiro a prevenção, e no art. 19: “As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes”, salientamos o item IV:

O compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias. (BRASIL, 2006)

Para se colocar em prática um projeto local de Polícia Comunitária, deve haver uma conformidade com o referido texto da “Lei de Drogas”, pois entre os seus objetivos destacam-se: envolver a iniciativa privada nas suas atividades motivando uma participação entre o poder público e o econômico do bairro, e a construção de uma parceria decisória, com durabilidade, eficácia e auto-índice de participação social.

As organizações policiais precisam trabalhar a favor de comunidades mais fortes e auto suficientes, onde o crime e a desordem não atinjam padrões intoleráveis. A implementação da Polícia Comunitária deve, para alcançar os seus objetivos e buscar seguir as orientações das leis específicas, estabelecer um plano de ação que vise a prevenção ao uso indevido de drogas. Tal planejamento, conseqüentemente, contribuirá com a redução de roubos, desordens e agressões físicas, problemas estes ligados ao abuso destas substâncias.

2.4 APLICAÇÃO DA EAD NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As transformações produzidas durante estes últimos anos estão gerando um modelo de sociedade em que a formação é posta como fator estratégico do desenvolvimento, da produtividade e da competitividade. Assim, para os governos e agentes sociais, as políticas relacionadas com a qualificação dos recursos humanos merecem o máximo de interesse e prioridade, e os processos formativos devem caracterizar-se por sua continuidade, permanente atualização e renovação em seus conteúdos.

Existe uma crescente demanda social para a capacitação profissional, devido as exigências de níveis mais elevados de formação, aos avanços tecnológicos e à insuficiência de qualificação. Por isso, torna-se necessário, diante das circunstâncias, aumentar o nível de formação dos jovens que chegam ao mercado do trabalho e, ao mesmo tempo, atualizar e melhorar as qualificações mediante uma educação e uma formação contínua e permanente. Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), ao traçar algumas diretrizes para o ensino, afirmava que

A educação deve ter por finalidade não apenas formar as pessoas visando uma profissão determinada, mas, sobretudo, colocá-las em condições de se adaptar a diferentes tarefas e de se aperfeiçoar continuamente, uma vez que as formas de produção e as condições de trabalho evoluem: ela deve tender, assim, a facilitar as reconversões profissionais (FAURE², 1972, citado por PRETI, 1996, p. 18)

A Educação à Distância se caracteriza pela flexibilidade quanto ao espaço e tempo do aluno, adaptando-se ao ritmo de trabalho ou as barreiras estruturais de onde habita cada estudante, sem prejuízo à qualidade científica. A EaD pode ser inserida nos mesmos níveis que o ensino regular, sendo “mais adequada para a educação de adultos, principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa” (MORAN, 1994, p. 01). O aluno se exercita e vive experiências que permitem o desenvolvimento da habilidade de aplicação do conhecimento na solução de problemas, como sugere Preti:

A EaD coloca-se, então, como um conjunto de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição de populações estudantis dotadas de um mínimo de maturidade e de motivação suficiente, para que em regime de auto-aprendizagem, possam adquirir conhecimentos ou qualificações a qualquer nível. (PRETI, 1996, p. 26)

Neste contexto, o aluno deve desenvolver autonomia, no sentido de ampliar sua capacidade de aprendizado, podendo estudar a qualquer hora do dia, sozinho ou em grupos presenciais ou virtuais. Esta flexibilidade se adapta a maioria das necessidades do mercado de trabalho atual, que busca cada vez mais melhorias na produtividade e na qualidade dos serviços e/ou produtos oferecidos. Os bons resultados de uma instituição que opta por cursos à distância para a qualificação de pessoas depende, sobretudo, da adaptação a novas metodologias utilizadas nesta modalidade.

A educação a distância surgiu da necessidade de formação e qualificação profissionais de pessoas que não tinham acesso e/ou condições de frequentar um estabelecimento de ensino presencial. Assim, a EaD evoluiu juntamente com as tecnologias desenvolvidas em cada momento histórico, as quais influenciam não só ambiente educativo, mas a sociedade como um todo. É fato que a sociedade está em constante movimento de transformação, e vivemos uma nova ordem social marcada por avanços científicos e tecnológicos e significativas transformações no mundo da produção e das relações sociais.

² FAURE, E *et al.* *Apprendre à être. Relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação*. UNESCO. Paris, Fayard, 1972.

A separação e as barreiras que existem na introdução da educação à distância foram bastante reduzidas com a modernização da sociedade. Considerando os avanços tecnológicos das últimas décadas, a educação a distância tem se mostrado uma ferramenta de desenvolvimento às nações, ao proporcionar a formação de cidadãos e a qualificação de pessoal para a demanda do mercado com a possibilidade de utilização de novas tecnologias. Todavia, o campo de trabalho deve romper as barreiras do ambiente virtual. O aluno deve buscar em tudo que está em sua volta, pois a educação à distância está cada dia mais interativa, combinando processos virtuais e presenciais, se utilizando da realidade vivida no cotidiano, e transformando a informação em conhecimento. Neste contexto, nota-se que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ampliaram as possibilidades da inclusão da EaD na capacitação e qualificação de pessoas aos mais diversos cargos e serviços disponíveis no mercado de trabalho atual, incluindo os serviços públicos de segurança oferecidos pela Polícia Comunitária.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS A CERCA DO LEVANTAMENTO DE DADOS

Para se obter uma representatividade de modo que os dados coletados permitissem o teste das hipóteses levantadas e a geração de índices que possam ser comparados ao longo do tempo, foram questionados policiais militares do serviço ativo na cidade do Natal no Rio Grande do Norte que já possuem formação na área de Polícia Comunitária, a fim de que a amostra alcance a maior proximidade possível com a realidade. Parte dos entrevistados foram alunos da turma de nivelamento para profissionais de Segurança Pública com capacitação em policiamento comunitário; os demais entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória simples. Os questionários (n=100) foram estruturados com perguntas claras e objetivas relacionadas ao perfil sócio-profissional, à Polícia Comunitária, a prevenção ao uso de drogas e a Educação à Distância, com o objetivo de apurar características e opiniões das pessoas questionadas, e garantir a uniformidade de entendimento, e, conseqüentemente, a padronização dos resultados.

O questionário foi elaborado em uma escala intervalar de diferencial semântico, pois “é um método relativamente fácil de quantificar a intensidade e o conteúdo de atitudes em relação a certos conceitos” (OLIVEIRA, 2001). Foram utilizados nos questionários adjetivos adequados ao problema da pesquisa, tendo por fim que o usuário represente fielmente as suas opiniões. No questionário aplicado consta a indagação sobre idade, escolaridade, sexo e rotina de trabalho; estes dados sócio-profissional permitiram traçar o perfil do usuário na época da coleta de dados; em seguida, o questionário abordou opiniões sobre o serviço da Polícia Comunitária, o nível de uso e conhecimento em internet e os cursos EaD, visando um trato mais apurado das questões que cercam a necessidade de atualização de profissionais e a utilização da educação à distância para tanto.

A abordagem dos profissionais para a aplicação dos questionários não ofereceu quaisquer obstáculos, destacando a receptividade e a colaboração mesmo daqueles que estavam a trabalho. Os dados coletados referentes às questões que objetivavam descrever o perfil dos profissionais são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 03 – PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DOS PESQUISADOS (ESTATÍSTICA DESCRITIVA)

Perfil sócio-profissional	Especificação	N=100	%(100%)
Idade	18 a 25 anos	10	10%
	25 a 35 anos	62	62%
	35 a 45 anos	26	26%
	Mais de 45 anos	02	02%
Sexo	Masculino	95	95%
	Feminino	05	05%
Escolaridade	Ens. Fundamental	-	-
	Ens. Médio	54	54%
	Ens. Superior	44	44%
	Pós Graduação	02	02%
Tempo de serviço na Polícia Militar	Até 2 anos	22	22%
	De 2 a 10 anos	46	46%
	De 10 a 20 anos	32	32%
	Mais de 20 anos	-	-
Carga horária média de trabalho	Até 4 horas/dia	10	10%
	Até oito horas/dia	24	24%
	Escala de 12 hs com folgas	36	36%
	Escala de 24 hs com folgas	22	22%
	Outras	08	08%
Tempo de formação em Polícia Comunitária	Menos que um ano	30	30%
	De um a 3 anos	46	46%
	De 3 a 5 anos	14	14%
	Mais de 5 anos	10	10%

Fonte: o autor (2011)

As informações fornecidas apontam que a maioria dos profissionais questionados que tem formação na área de Polícia Comunitária já são capacitados a mais de um ano, e como muitos não estão exercendo esta função, a atualização dos

conhecimentos tornasse uma necessidade. A maior parte deles são pessoas do sexo masculino com idade entre 25 e 35 anos e estão no serviço ativo há no máximo 10 anos, demonstrando um perfil de pessoas jovens que ainda tem muitos anos de serviço público a cumprir.

O nível de escolaridade, onde quase a metade dos entrevistados (46%) já cursaram pelo menos o Ensino Superior chama a atenção, visto que, nos últimos 10 anos, para ingressar na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte é necessário o Ensino Médio, e até este período era exigido apenas o Ensino Fundamental. No que se refere a carga horária de trabalho percebemos que a maioria dos respondentes trabalham em escalas onde se tem pelo menos 40 horas semanais de trabalho, e apenas 10% afirmaram cumprir 20 horas semanais em sua jornada. Quando questionados sobre concordar que os princípios da Polícia Comunitária como: ética, confiança e cooperação podem fazer avançar um plano de prevenção ao uso de drogas, 84% concordaram, 14% discordaram e 2% disseram ser indiferentes a esta questão. Os números do gráfico a seguir mostram a opinião positiva dos entrevistados se achavam que a Polícia Comunitária, por possuir técnicas específicas para mobilização cidadã e resolução de conflitos, deve promover a prevenção ao uso de drogas; ressaltando ainda mais a correlação entre estes temas

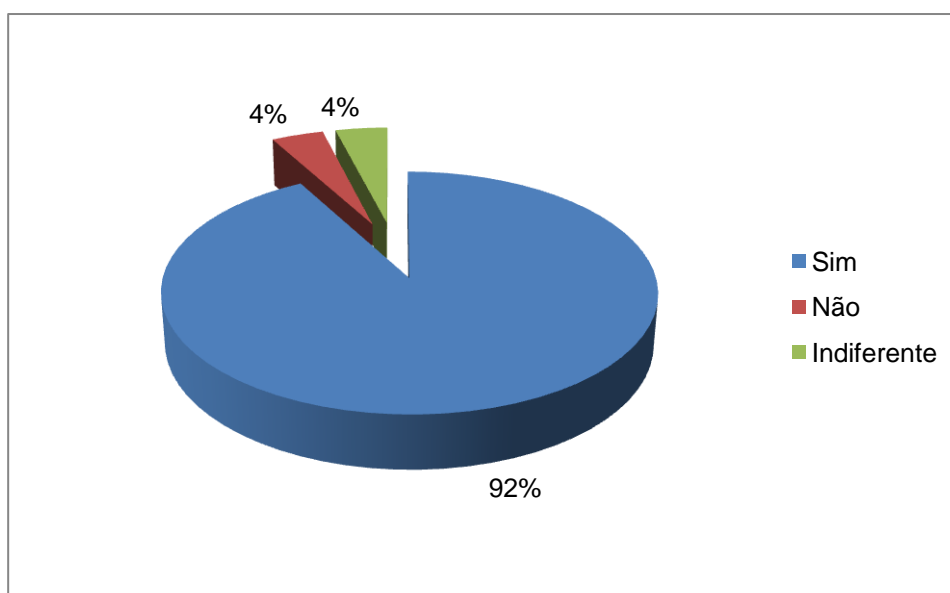


GRÁFICO 01 – PESQUISA SOBRE O PAPEL DA POLICIA COMUNITÁRIA NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.

FONTE: o autor (2011)

Ao analisar questão sobre a disponibilidade para fazer uma capacitação ou atualização na área de Polícia Comunitária, de quando tempo iriam dispor para os estudos, 10% afirmaram não ter tempo algum, 22% teriam apenas os finais de semana, 50% poderiam estudar em um dos turnos regulares (matutino, vespertino ou noturno) e 18% não teriam regularidade no tempo disponível em função das escalas variáveis dos serviços e plantões.

A realidade de disponibilidade e tempo para estudos destes profissionais poderia ser adequada ao sistema de educação à distância, pois não haveria prejuízos a sua rotina, já que 92% relataram acreditar que em cursos EaD o aluno pode ter mais autonomia e flexibilidade de tempo nos estudos do que em cursos presenciais. Outros pontos a serem observados para se propor um curso ministrado à distância são: o nível de conhecimento em informática, a frequência de acesso à internet e o local mais rotineiro de acesso do público alvo. Os gráficos a seguir mostram números bastante otimistas neste aspecto.

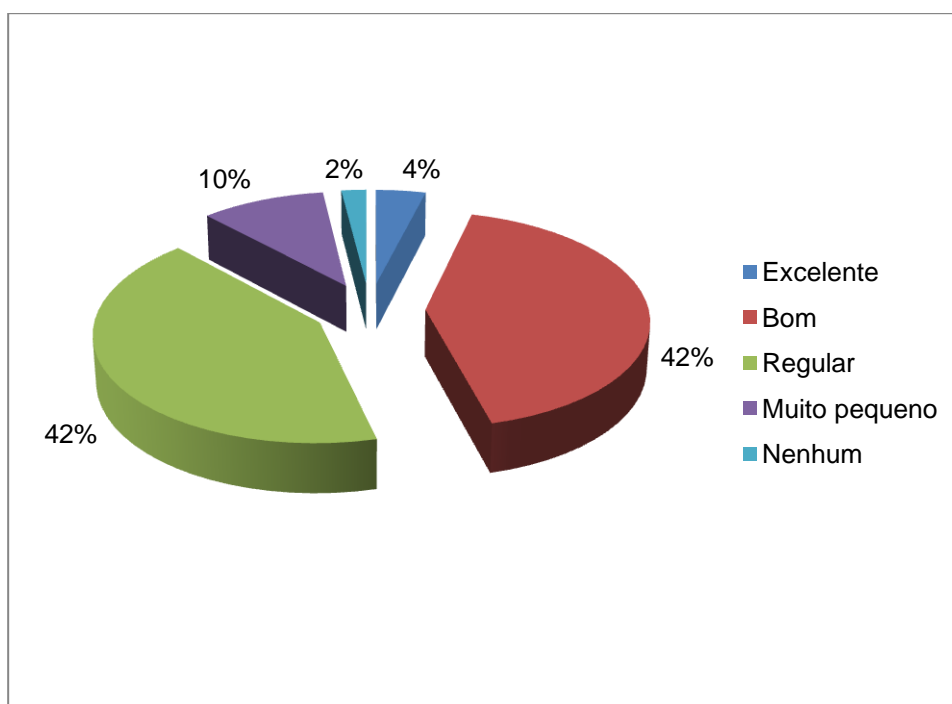


GRÁFICO 02 – PESQUISA SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA

FONTE: o autor (2011)

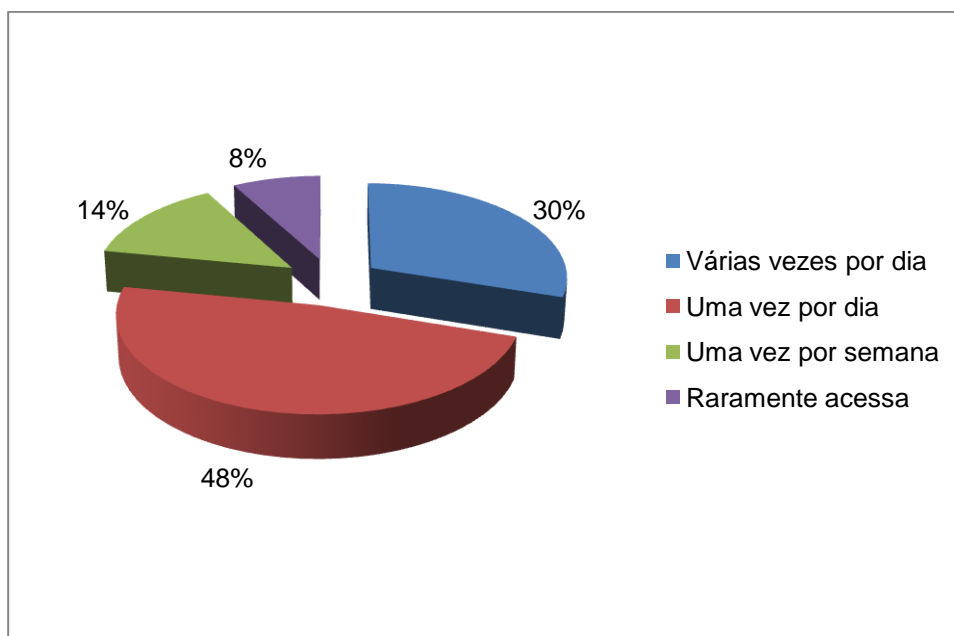


GRÁFICO 03 – PESQUISA SOBRE A FREQUÊNCIA DE ACESSOS A INTERNET

FONTE: o autor (2011)

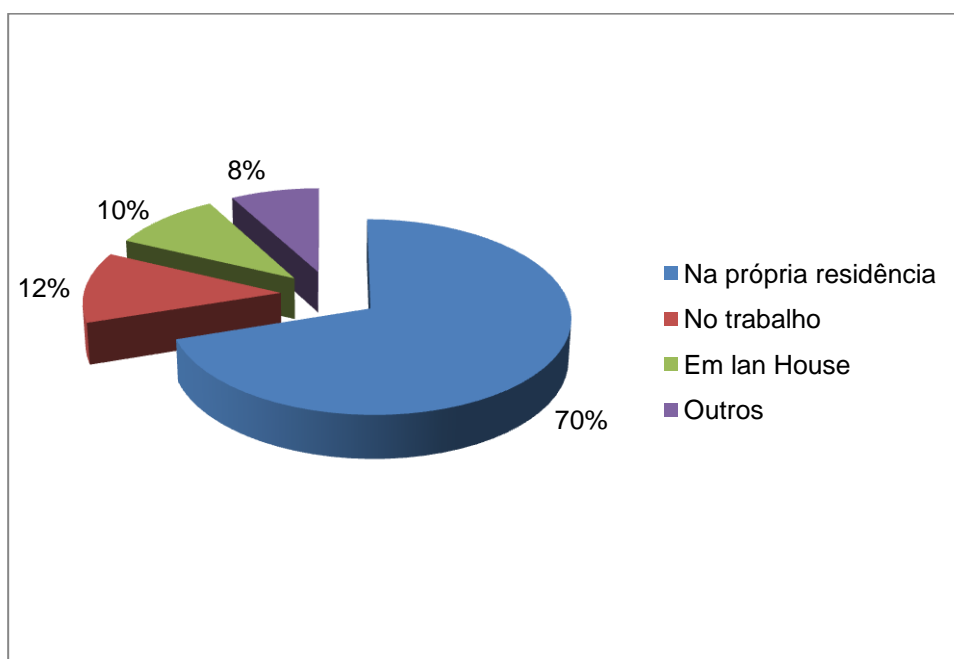


GRÁFICO 04: PESQUISA SOBRE O LOCAL MAIS FREQUENTE DE ACESSO A INTERNET

FONTE: o autor (2011)

Foi registrado que apenas 6% dos questionados possuem pouco ou nenhum conhecimento em informática, 78% acessam a rede mundial de computadores pelo menos uma vez ao dia e 70% tem conexão de internet em sua própria casa. Este

nível de interação com este tipo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) evidencia a idéia dos profissionais sobre a eficiência de cursos a distância que utilizam somente o computador e a internet, como pode ser verificado no gráfico a seguir:

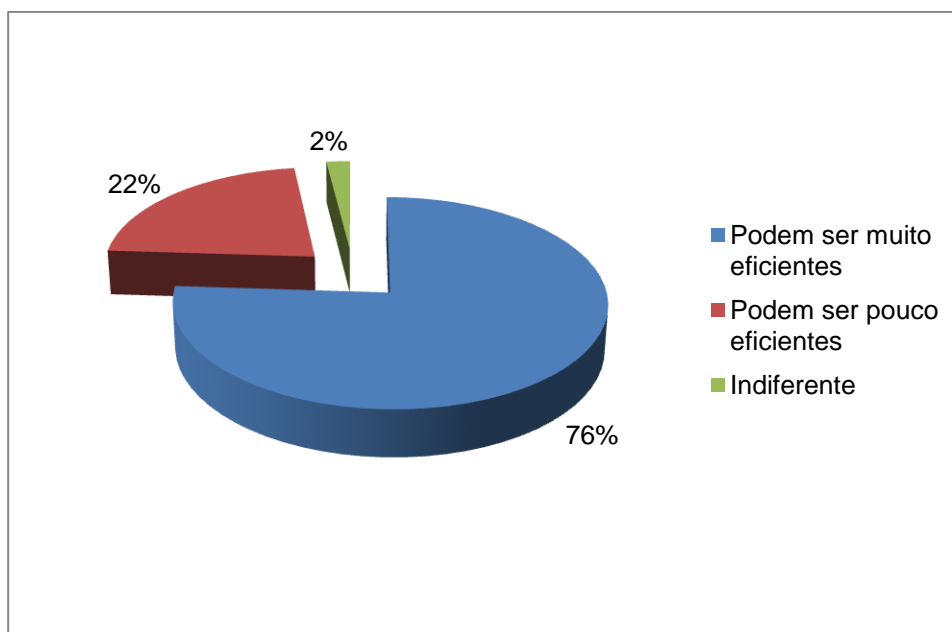


GRÁFICO 05 – PESQUISA SOBRE A EFICIÊNCIA DOS CURSOS EAD

FONTE: o autor (2011)

Acredita-se que os policiais militares respondentes do questionário, amostra que representa o perfil da totalidade, estão em condições de fazer atualização e capacitação profissional através de cursos na modalidade EaD sem maiores dificuldades, destacando a proposta para a atualização dos agentes de Polícia Comunitária em prevenção ao uso de drogas, visto que além do nível de conhecimento e da adaptação ao uso do computador e da internet serem satisfatórios, foi verificada a aceitação da temática proposta e da EaD como ferramenta para tanto.

4. PLANEJAMENTO DO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS PARA AGENTES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA MODALIDADE EAD

Com base no levantamento bibliográfico e na reflexão sobre os dados coletados em campo a cerca do público alvo, será apresentada uma ementa básica para a execução do curso de atualização em prevenção ao abuso de drogas para agentes de Polícia Comunitária na modalidade EaD.

4.1 APRESENTAÇÃO

- Instituição: Escola de Governo do RN
- Carga horária: 60 horas
- Duração: 60 dias
- Público alvo: profissionais da Segurança Pública que possuam formação na área de Polícia Comunitária.
- Número de vagas: 100 inscrições por edição.
- Recursos humanos: um coordenador, um secretário, um técnico em informática, um professor, dois tutores.
- Recursos materiais: uma sala onde funcionaria a secretária do curso equipada, além de matérias básicos de escritório, com pelo menos quatro computadores conectados a internet e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que neste caso seria o moodle, adaptado a proposta do curso.

4.2 OBJETIVOS

- Geral: capacitar os profissionais da Segurança Pública a promover a prevenção ao uso de drogas durante a execução do policiamento comunitário.
- Específicos:
 - Conhecer os diversos tipos de drogas e as conseqüências de sua utilização para a saúde das pessoas e para a harmonia das famílias e das comunidades.
 - Saber identificar durante o policiamento comunitário os fatores que contribuam com a sujeição ao risco e com a proteção dos cidadãos de uma comunidade em relação ao uso de drogas.

- Aplicar conhecimentos e técnicas que objetivem proteger a comunidade dos problemas relacionados ao uso de drogas em consonância com filosofia da polícia comunitária.

4.3 METODOLOGIA

O curso será oferecido totalmente a distância, no AVA o aluno terá acesso ao material didático, orientação para elaboração de atividades e avaliação, e indicação de textos e bibliografias complementares. Neste mesmo espaço se dará a comunicação com professor, tutores e outros alunos, de forma assíncrona, através da disponibilização da apresentação da equipe pedagógica e dos fóruns; e de forma síncrona, com apoio dos horários de atendimento virtual previamente agendados através do “msn”. A tabela a seguir detalha a sequência de conteúdos por módulos

TABELA 04 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulos	Carga horária	Conteúdo
1- Os tipos e efeitos das drogas	15 hs	Conceito e classificação dos diversos tipos de drogas quanto a suas características e seus efeitos para a saúde dos usuários e do meio em que estão inseridos.
2- Riscos e proteção ao uso de drogas	15 hs	Como a Polícia Comunitária pode identificar comportamentos que indiquem um possível abuso de drogas e os fatores que contribuem com o risco ao uso e com a proteção dos cidadãos e comunidade.
3- Polícia comunitária e ações de prevenção	30 hs	Descrição da comunidade e sugestão de medidas que objetivem a prevenção ao uso de drogas durante o policiamento comunitário.
Total	60 hs	-

FONTE: o autor (2011)

4.4 AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e seqüenciada com base nos objetivos específicos de cada módulo e, na última atividade, com base no objetivo geral do curso, a fim da promoção da auto-avaliação e da verificação do desenvolvimento das competências propostas. A distribuição das notas de acordo com cada atividade correspondente se dará da seguinte maneira.

TABELA 05 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS

Módulo	Atividade avaliativa	Nota
1	Comentários no fórum específico	De 0 a 10 pontos
	Questionário avaliativo	De 0 a 10 pontos
2	Comentários no fórum específico	De 0 a 10 pontos
	Questionário avaliativo	De 0 a 10 pontos
3	Comentários no fórum específico	De 0 a 10 pontos
	Relatório de avaliação prática	De 0 a 50 pontos
Total	-	De 0 a 100 pontos

FONTE: o autor (2011)

Os módulos 1 (um) e 2 (dois) terão duração de duas semanas cada e o módulo 3 (três) irá dispor de um mês para sua conclusão. Os questionários avaliativos serão compostos por 10 (dez) questões objetivas e estarão disponíveis no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem com datas limites para resolução, assim como os fóruns específicos de cada módulo e o espaço para envio do relatório de avaliação prática. O relatório exigirá do aluno uma caracterização da comunidade onde trabalha ou mora e a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso para descrever os lugares ou fatores que favoreçam riscos e/ou proteção em relação ao abuso de drogas, bem como sugestões para a redução do consumo entre ou moradores através do serviço exercido pela Polícia Comunitária.

O fórum do módulo 3 (três) terá o intuito de postagem das dúvidas, sugestões e encaminhamentos durante a elaboração do relatório. As notas dos questionários serão divulgadas imediatamente após o envio, e os comentários nos fóruns terão a resposta e a correção por parte dos tutores, que avaliarão a coerência dos comentários com o contexto do módulo correspondente. A correção da atividade final terá o apoio do professor da turma e a certificação será concedida a todos que obtiverem média mínima de 70 pontos. Após o envio do Relatório de avaliação prática, os alunos deverão responder um questionário de avaliação institucional, que tem por objetivo complementar a avaliação sobre a qualidade na execução do projeto, subsidiando o aperfeiçoamento do processo ao apontar possíveis carências a serem suprimidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente instrumento de pesquisa aponta em sua proposta para temas de relevante importância. O uso indevido de drogas deve ser tratado com muita atenção por todas as esferas e instituições sociais, dados os prejuízos sociais que o abuso destas substâncias podem causar, como: saturação do sistema de saúde pública, desagregação familiar, violência em vários aspectos e destruição de vidas. Os programas de prevenção apresentados vêm se mostrando alternativas menos custosas e mais saudáveis que as ações repressivas, por estimular hábitos saudáveis e agregar valores e pessoas em prol do benefício coletivo.

A Polícia Comunitária aparece como filosofia de trabalho que busca aproximar os profissionais de segurança dos cidadãos, agindo de forma preventiva, para identificar e resolver problemas, e com a evolução da sociedade e a crescente complexidade das cidades e costumes, são necessárias modalidades de policiamento mais eficientes e que se adaptem a estas novas realidades. Esta diversificação social também atinge a prestação de serviços, e desta cada vez mais é exigida qualidade na execução por parte dos profissionais, e para o alcance deste objetivo a capacitação e atualização permanente se torna indispensável, visto que busca a adaptação às novas necessidades requeridas pela sociedade. A educação à distância surgiu como alternativa para suprir necessidades de falta de estrutura, acesso e tempo daqueles que não dispunham destas; atualmente, com o apoio das novas tecnologias de informação e comunicação que fazem parte do dia a dia da maioria das pessoas, a EaD ganhou abrangência e está presente como opção para formação, capacitação e atualização em lugares onde anteriormente ela não se fazia necessária.

A proposta para realização de um curso de atualização em prevenção ao uso de drogas para agentes de Polícia Comunitária na modalidade EaD se baseia na premissa dos temas abordados no decorrer deste documento e na análise dos dados coletados em campo, estes colocam em evidência a disposição e a necessidades do público alvo em qualificar-se para melhor prestação do serviço, e da sociedade, que seria diretamente beneficiada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.345 de 26 de agosto de 2002. Institui a Política Nacional Antidrogas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2002. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2002/4345.htm>> Acesso em: 12/04/2011.

BRASIL. Decreto nº 5.912 de 27 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 set. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Decreto/D5912.htm> Acesso em: 18/07/2011.

BRASIL. Lei Nº11.343 de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm> Acesso em: 25/03/2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. **PRONASCI**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm>>. Acesso em 12/04/2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. **SENAD**. Disponível em: <<http://www.senad.gov.br/>>. Acesso em: 01/04/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portal da Saúde – SUS**. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/>>. Acesso em: 18/07/2011.

CARVALHO, G. S. **Policciamento comunitário**: origens. SP: POLICIALESP, Apostila, 1998.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. – 6ª ed. rev. Atual – Curitiba: Positivo, 2005.

FERREIRA, C. A. **Implementação da Polícia Comunitária**: Projeto para uma Organização em Mudança. SP: POLICIALESP, CSP-II/95, Monografia.

LACERDA, R. B. de. **As drogas na sociedade**. Informações sobre as drogas psicotrópicas: ações e efeitos no organismo, neurobiologia da adição, bases do tratamento e prevenção. Revista Igualdade XLI, Curitiba: março, 2008. Disponível em:

<<http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=457>>. Acesso em: 17/04/2011.

MORAN, J. M. **O que é Educação à Distância**. CEAD – Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>> Acesso em: 11/05/2011.

MURPHY, P. V. in: **Grupo de Trabalho para Implementação da Polícia Comunitária**. SP: POLICIALESP/ Conselho Geral da Comunidade, 1993.

OLIVEIRA, T. M. V. Escalas de Mensuração de Atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. **Administração On Line**. São Paulo, volume 2, número 2 (abril, maio, junho – 2001). Disponível em:

<http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm> Acesso em: 22/07/2011.

PRETI, O. **Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada**. In: Oreste Preti. (Org.). Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1996.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretária de Segurança Pública e Defesa Social. **PROERD**. Disponível em: <<http://www.proerd.rn.gov.br/>> Acesso em: 12/04/2011.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. **Fatores de risco e fatores de proteção para o uso de drogas na adolescência**. Ciência & Saúde Coletiva, vol 10, nº 3 Rio de Janeiro, pág. 707-717, jul/set de 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300027> Acesso em: 17/04/2011.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento comunitário: como começar**. Trad. Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Editora: Parma, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Escola Paulista de Medicina. **CEBRID**. Disponível em:

<http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/levantamento_brasil2/index.htm> Acesso em: 25/03/2011.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Como Trabalho de Conclusão do curso de especialização em Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná – UFPR realizado em 2010 estamos desenvolvendo uma pesquisa para proposição de um **CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS PARA AGENTES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA MODALIDADE EAD**. Para tanto, pedimos sua colaboração em responder este questionário. Por favor, assinale apenas uma das alternativas. Os seus comentários também são muito importantes.

1. Idade: () 18 a 25 anos () 25 a 35 () 35 a 45 () mais de 45 anos
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Superior () Ensino Médio () Pós-graduação
4. Tempo de serviço na Polícia Militar: () Até 2 anos () De 10 a 20 anos () De 2 a 10 anos () Mais de 20 anos
5. Qual sua carga horária média de trabalho? () Até 4 horas/dia () Até oito horas/dia () Escala de 12 hs seguidas alternada com folgas () Escala de 24 hs seguidas alternada com folgas () Outras
6. Há quanto tempo concluiu sua formação em Polícia comunitária: () menos que um ano () de 3 a 5 anos () de 1 a 3 anos () mais de 5 anos
7. Você concorda que princípios da Polícia Comunitária como: ética, confiança e cooperação podem fazer avançar um plano de prevenção ao uso de drogas? () Concordo plenamente () Concordo parcialmente () discordo totalmente Comentário: <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/>
8. Você acha que a Polícia Comunitária, que possui técnicas específicas para mobilização cidadã e resolução de conflitos, deve promover a prevenção ao uso de drogas? () Sim () Não () indiferente Comentário: <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin: 5px 0;"/>

9. Se você fosse fazer uma capacitação na área de polícia comunitária, de quando tempo você iria dispor para os estudos:

- () Não teria tempo () Só nos fins de semana
 () Um turno livre por dia (matutino, vespertino ou noturno)
 () Outro, especificar: _____

10. Como você considera seu conhecimento em informática?

- () Excelente () Bom () Regular () muito pequeno () nenhum

11. Qual sua frequência de acesso a internet?

- () Várias vezes ao dia () Uma vez ao dia
 () Uma vez ao dia () Raramente acessa

12. Qual o seu local mais frequente de acesso?

- () Em sua residência () No trabalho
 () Em Lan House () Outros

13. Você já estudou através da modalidade da Educação a Distância (EaD)?

- () Sim () Não

14. Você acha que cursos a distância que utilizam somente o computador e a internet:

- () Podem ser muito eficientes () Podem ser pouco eficientes () Indiferente

Comentário:

15. Você acredita que em cursos EaD o aluno pode ter mais autonomia e flexibilidade de tempo nos estudos do que em cursos presenciais?

- () Sim () Não () São equivalentes

Comentário:

Agradecemos sua participação.